

SE LIGA DO BRASIL NO Sinal 1

Informativo do CEPEL
Centro de Estudos e Pesquisas
da Leopoldina

Ano VIII - Número 42 - Jan/Fev/Mar. 2000

Orçamento participativo: as lições da primeira experiência 3

A CESTA CADA VEZ MAIS BÁSICA

página central

Vazamento da Petrobras: acidente ou boicote? 6

Acabou a privatização dos hospitais estaduais 7

BANCO CENTRAL DO BRASIL

SE LIGA
NO

Sinal

JORNAL TRIMESTRAL
PUBLICADO PELO
CEPEL - CENTRO DE
ESTUDOS E
PESQUISAS DA
LEOPOLDINA,
ENTIDADE SEM FINS
LUCRATIVOS PARA
ASSESSORIA AOS
MOVIMENTOS DA
REGIÃO DA
LEOPOLDINA

COMISSÃO EDITORIAL

Cristina M. (Kita) Eitler
Fernando C. R. Fernandes
Gustavo Benítez Alvarez
Homero T. de Carvalho
M. Eugênia (Kena) U. Silva
Patrícia T. Tolmasquim
Victor Vincent Valla
Wallace Hermann Júnior

APOIO ADMINISTRATIVO

Maria de Fátima Correia S.

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Homero T. de Carvalho
(Mtb 1127/05/65v -PR)

PROJETO GRÁFICO

Caco Chagas
Kita Eitler

EDITORIAÇÃO

Zona Criativa (205 3220)

CAPA

Kita Eitler sobre pintura de
Correggio (Casamento
Místico de Santa Catarina)

APOIO

KFS
JUVENTUDE CATÓLICA
AUSTRIACA
ENSP/FIOCRUZ

O CEPEL autoriza a
reprodução total ou
parcial dos artigos
deste jornal, bem como
sua utilização para fins
educativos. Solicitamos
citação da fonte e o
envio de cópia em caso
de publicação.



EDITORIAL

Dos problemas locais ao entendimento do mundo

Rede de Educação Popular e Saúde congrega entidades para enfrentar os problemas mais graves da Leopoldina.

A equipe do CEPEL vem registrando, ultimamente, preocupações com as notícias que circulam sobre o Brasil, tanto nos jornais quanto na nossa televisão de cada dia. Não que a maioria das pessoas não saibam que o país, como também a nossa cidade, têm problemas, mas, dificilmente, o que aparece nos jornais, no rádio e na televisão, com poucas exceções, ajuda a entender o que se passa com os problemas que afetam a maioria da população.

Dizem os meios de comunicação: o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial estão mais contentes com a economia do Brasil; escritórios em Nova Iorque que acompanham a economia do Brasil têm uma melhor impressão do país e do governo; o Brasil está exportando mais e honrando suas dívidas; a cada ano as indústrias produzem mais, nossa moeda, o "Real", está se valorizando e o dólar está caindo.

A impressão que temos é que essas notícias não ajudam a entender o que está se passando no país e na nossa cidade. Por que seria bom que as nossas indústrias estejam produzindo mais, se menos gente está sendo empregada e os salários a cada dia mais baixos. O que quer dizer "estar em dia com o FMI"? De onde vem todo esse dinheiro, se não dos nossos salários, do preço da gasolina, que influi em todos os outros preços. Aliás, de onde vem a dívida com o FMI? Por que estamos pagando essa dívida, afinal de contas? Se tudo está tão bem, por que as pessoas estão indo tão mal, de moradia, de saúde, de salário?

A equipe do Se Liga no SINAL tem estas preocupações e acha que uma das razões de existir do jornal é justamente ajudar a população da Leopoldina a entender melhor essas questões. Assim, neste primeiro número do ano 2000, apresentamos dois artigos que procuram responder duas dessas perguntas:

1. Por que o Governador Marcelo Alencar privatizou os hospitais estaduais no fim do seu mandato, e por que o Governador Garotinho tomou os hospitais de volta logo

que assumiu? 2. O que aconteceu, de fato, com a Baía da Guanabara com o vazamento do óleo da Petrobras?

Essas são as primeiras perguntas que vamos tentar responder neste número, e vamos nos preparando com outros artigos para os outros números: por que não há mais empregos, por que o salário mínimo é sempre baixo? O que é esta tal de "dívida externa", que estamos sempre pagando? Qual é a relação entre essa dívida e nossos problemas de desemprego, pobreza, falta de escola e saúde?

O CEPEL, ao mesmo tempo, está oferecendo as condições físicas para que se consolide na região uma Rede de Educação Popular e Saúde, reunindo entidades e grupos populares para a discussão coletiva dos problemas que sempre enfrentaram isoladamente. A Rede vem se reunindo mensalmente com a proposta de listar os problemas de saúde e meio

ambiente que a população entende como mais graves. Em relação à saúde, tem havido o entendimento de que uma coisa é a assistência médica que os Centros Municipais de Saúde e hospitais oferecem à população para o alívio imediato das suas queixas, mas outra coisa bem diferente é a população organizada, através da Rede, apontar os problemas que ela percebe como sendo de saúde e que não foram ainda resolvidos pelo Governo.

Para definir claramente os limites como esse, já se pensa em realizar, através da Rede, pequenas oficinas sobre os problemas da Região da Leopoldina e os grandes problemas mencionados acima: por que o Conselho Distrital de Saúde da AP3.1 tem tanta dificuldade em funcionar? Quais são as principais questões do meio ambiente na Região? O que é o FMI? O que é o Banco Mundial? Como o governo paga a dívida externa? Quais são as relações entre os problemas locais e os nacionais?

Esses e outros problemas serão discutidos na Rede e estarão sendo abordados nas matérias do Se Liga no SINAL durante o ano. Você, leitor, também pode participar, sugerindo temas e juntando-se ao debate.

**Qual é a relação
entre a dívida externa
e os problemas de
desemprego, pobreza,
falta de escola
e saúde?**



Orçamento Participativo do Estado do Rio de Janeiro - 1999

Como foi e o que deu para aprender na primeira experiência.

Fernando Carlos Rosa Fernandes

3

O Se Liga no SINAL tem publicado, regularmente, matérias sobre o orçamento público. Já publicamos matérias sobre a forma tradicional de elaboração do orçamento, explicando como entendê-la, para poder interferir na sua execução durante o ano, e também matérias sobre o orçamento participativo (OP), uma forma de planejamento do uso do dinheiro público aberta a participação da sociedade e que tem sido aplicada em diversas administrações em muitas cidades e estados brasileiros. A experiência do estado do Rio de Janeiro é o tema desta matéria: como foi organizada a participação em 99, as principais propostas, e a necessidade de acompanhamento do debate na Assembléia Legislativa e da execução do orçamento durante o ano. Só assim, fiscalizando, é que será possível avaliar se valeu a pena participar.

Para implantar o OP no Rio de Janeiro, a secretaria do Planejamento (SECPLAN), primeiramente, dividiu o estado em 18 regiões e montou uma agenda de reuniões e Plenárias Regionais. De maio a agosto de 99, 18 Plenárias foram realizadas, tratando as questões locais.

Na região da Leopoldina, que é uma sub-região do município do Rio de Janeiro, incluindo também os bairros de Inhaúma, Irajá, Ilha do Governador, Anchieta e Pávuna, a plenária foi realizada em julho. Nessa plenária, os moradores da região preencheram um formulário indicando as necessidades dos bairros e comunidades e elegeram seus representantes para os Conselhos Regional, Temático e Estadual.

Nas diversas Plenárias Regionais, os representantes do governo estadual expuseram os objetivos do Orçamento Participativo e seu funcionamento, procurando mobilizar a população. As plenárias envolveram 27.000 pessoas, que apresentaram cerca de 80.000 demandas (entre demandas municipais, federais e do próprio governo do estado). Essas demandas foram consolidadas nos 13 Conselhos Regionais, formados por 730 pessoas eleitas nas Plenárias Regionais.

“As plenárias regionais envolveram 27.000 pessoas no estado. Foram definidas 26 prioridades para investimento público, sendo 2 para cada região.”

As demandas sugeridas foram objeto de análise dos secretários estaduais em reuniões com o Conselho Estadual e Temático

do OP. Dentre os temas mais votados no estado (*saúde, saneamento, educação, desenvolvimento econômico, transporte, habitação e segurança*) foram escolhidos 199 pelos Conselheiros Regionais e Temáticos. Baseado no critério de respeitar a ordem de prioridade pelos Conselheiros Regionais, os Conselheiros Estaduais ordenaram as 199 solicitações e definiram uma lista de 26 maiores prioridades do estado, sendo 2 por região.

Os conselheiros conseguiram junto à SECPLAN que parte das demandas fossem incluídas na proposta orçamentária de 2000 na forma de ações concretas por parte do governo. Dessa forma, dos 985 Programas de Trabalho (PT) apresentados, 215 estão relacionados com o Orçamento Participativo Estadual.

Alguns problemas do orçamento público ficaram mais evidentes já nessa primeira experiência de participação no Rio de Janeiro. Faltou, por exemplo, a definição prévia e a divulgação de quanto do orçamento geral estaria destinado ao orçamento participativo, principalmente, quando é sabido que a maior parte do que o estado arrecada está comprometida com a folha de pagamento e com o pagamento de dívidas, sobrando pouco para investimentos. Outra questão que ficou clara foi a necessidade de definição de programas plurianuais de investimentos para necessidades de maior vulto, como as grandes obras de saneamento e energia.

“Saúde e saneamento foram apontados como a maior necessidade da população.”

Um dado interessante, que deve ser levado em consideração para a discussão acerca do OP, são os resultados da sistematização dos formulários respondidos nas diversas Plenárias Regionais, que apontaram como a maior demanda para o Rio o saneamento e a saúde, ficando para trás a questão da falta de segurança. Esse resultado demonstra o quanto a população não tem acesso às necessidades básicas como saneamento, saúde, habitação e educação.

Cabe ainda destacar que o orçamento é abordado de maneira isolada pelas diversas secretarias, com cada uma elaborando seus planos de trabalho, sem ou com pouca integração com as demais. Por essa razão, a primeira experiência em 99 de OP no estado ficou sob a responsabilidade apenas da secretaria do Planejamento, quando as necessidades de investimento perpassam todas as outras.

Com essa primeira experiência de Orçamento Participativo no estado do Rio, ficou evidente ainda a necessidade de acompanhamento da votação da proposta global do Orçamento na Assembléia Legislativa, quando há o risco de que propostas encaminhadas pelo processo participativo venham a ser substituídas por projetos eleitoreiros de interesse de alguns deputados.

Assim, o processo participativo não pode se restringir ao momento de elaboração do orçamento, devendo estender-se ao acompanhamento do debate legislativo e da própria execução orçamentária durante o ano seguinte. ■



A FOME OCULTA PELA CESTA BÁSICA

Cada vez mais gente depende da cesta, que diminui cada vez mais

Patricia Tiomno Tolmasquim

O governo estadual ao tratar o problema da fome no Rio de Janeiro, criou a "cesta cidadão". A ação se constitui no cadastramento de cem famílias por igrejas e instituições religiosas de algumas comunidades, para receber a cesta. A "cesta cidadã" é o que todos conhecem como cesta básica só que na forma de um cheque de cem reais.

Para Dona Creuza, experiente agente de saúde da região da Leopoldina, não existe essa coisa de cesta básica. "O que é isso? Pois aquela sacolinha com 5 a 10 quilos de grãos não é cesta básica coisa nenhuma. Cesta básica deveria sustentar uma família. Tinha que ter alimentos frescos como legumes e frutas, que é o que alimenta mesmo uma pessoa. Os famintos que catam na feira são mais nutridos do que aqueles que só comem arroz". E Dona Creuza tem razão.

Segundo um estudo realizado pelo professor e pesquisador Josué de Castro, há mais de 50 anos, a monotonia alimentar causa uma fome oculta. A cesta básica, além de ser monótona por só oferecer grãos e outros itens não perecíveis, não contém as calorias necessárias ao consumo diário de um adulto. Podemos comparar o total de calorias das cestas básicas oferecidas com dados de estudos realizados após a Segunda Guerra Mundial.

Nos campos de concentração nazistas as pessoas que morreram de fome recebiam rações diárias que continham um total de 500 a 1000 calorias. As necessidades diárias médias de um adulto são de 3000 calorias. A cesta básica "padrão" atual contém 410 calorias, isto é, o brasileiro que só tem a possibilidade de comer

a cesta básica está fadado a ter o mesmo destino dos mártires dos campos de concentração nazistas - a morte por subnutrição ou doenças conseqüentes da desnutrição.

Tratar da questão da cesta básica exige um esforço de compreensão de um termo que tem vários significados e utilizações. A grande imprensa quando utiliza o termo, em geral o faz como índice, como na matéria publicada no jornal O Dia em 11 de janeiro deste ano. "Inflação recua em janeiro. Cesta básica também tem redução." A matéria chama atenção ainda para o baixo custo da comida. "O preço médio da cesta básica de gêneros de primeira necessidade passou de R\$173,87 para R\$172,50 segundo a pesquisa semanal da Associação dos Supermercados do Rio de Janeiro (Asserj)." E o texto segue falando da grande queda de um real e trinta e sete centavos no preço dos alimentos. Estaria tudo indo relativamente bem se o salário mínimo do brasileiro não fosse a vergonhosa quantia de R\$136,00 (até maio, quando passará para R\$ 151,00). Quantia insuficiente para suprir as necessidades primárias do povo, segundo nos informa a mesma reportagem. O que está acontecendo com o trabalhador que recebe apenas o salário mínimo? E quando essa pessoa é o arrimo de família?

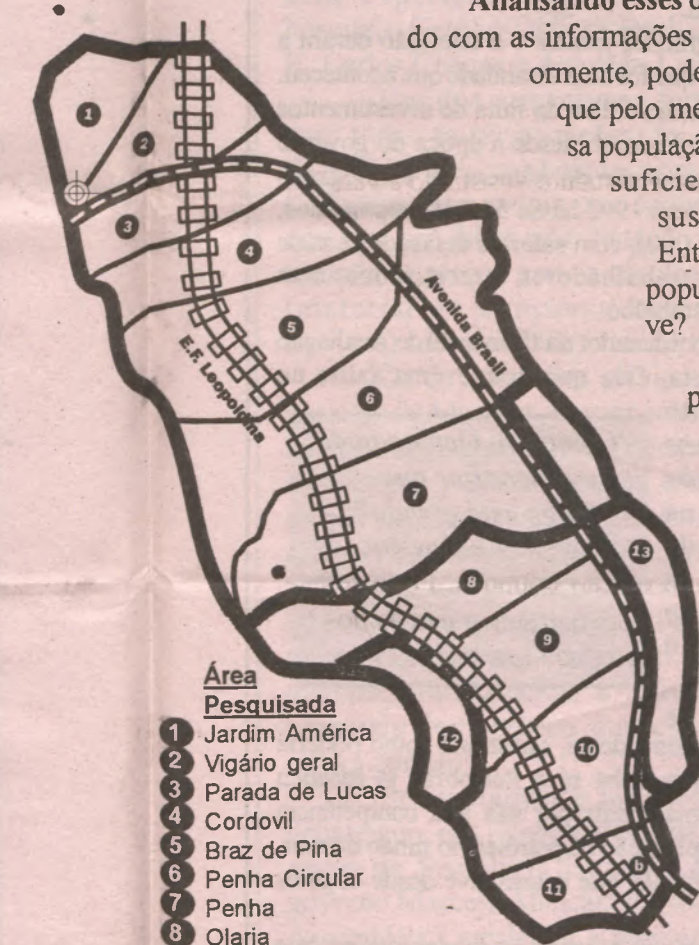
Sabemos que o problema da fome é grave no Brasil. Conhecemos o vergonhoso número de 38 milhões de miseráveis e famintos. Por quê quando lemos os jornais não nos deparamos com matérias sobre esse grave problema que assola nosso país. O que impede que nossa imprensa, escrita e falada, não trate a questão da fome? Falar de índices de inflação, de violência, de índices de desemprego, de salário mínimo ou piso salarial é na verdade ocultar o verdadeiro problema. A maior violência que existe no Brasil é a fome.

Na realidade deveríamos estar discutindo a renda no país e sua distribuição. Porque falar de renda nos remete ao problema do desemprego no país. O desemprego é estrutural porque assola o país permanentemente, resistindo a vários governos e momentos políticos. O desemprego estrutural aumenta a quantidade de miseráveis e por conseguinte a fome. A alimentação deve ser entendida como um bem público tal como a saúde, a educação ou o transporte coletivo. O Estado ainda continua com uma visão deturpada de justiça social, que se confunde com caridade. Quais são os fatores ocultos desta verdadeira conspiração de silêncio em torno da fome?

André Mayer diz que a subnutrição endêmica exige intervenção contínua. Pode ser eliminada e evitada. Basta que se garanta às populações uma boa alimentação, suficiente, completa e equilibrada. Sabemos hoje no que consiste tal alimentação. Então, o que faz com que não nos defrontemos com a questão da fome de forma séria na intenção de exterminar esse flagelo de nossa sociedade? A resposta pode estar na reflexão de Betinho. A realidade foi aprisionada pela lógica econômica do combate à inflação como princípio e fim de todas as coisas, referência para o bem e para o mal, sucesso ou fracasso de tudo e de todos. Um ministro da economia exibe sorrisos confiantes diante das taxas de inflação. Tudo é feito para que se mantenha a paz dos números sem a presença incômoda dos dramas da vida real.

A fome na Leopoldina

A região da Leopoldina é composta por um conjunto de 143 bairros e 69 favelas entrecortados pela ferrovia da Leopoldina e a Avenida Brasil. Possui uma população de 597.699 habitantes que corresponde a 11% do total de habitantes do município do Rio de Janeiro. Do total da região 32,9% estão distribuídos em 69 favelas, 22,6% em 35 conjuntos habitacionais populares e 44,5% no que se chama asfalto. Segundo pesquisa realizada em 1994, 84% dos moradores das favelas da Leopoldina recebem um salário mínimo por mês, 12% recebem 2 salários mínimos e apenas 4% recebem 3 ou mais salários.



- Área Pesquisada
- 1 Jardim América
 - 2 Vigário geral
 - 3 Parada de Lucas
 - 4 Cordovil
 - 5 Braz de Pina
 - 6 Penha Circular
 - 7 Penha
 - 8 Olaria
 - 9 Ramos
 - 10 Bonsucesso
 - 11 Manguinhos
 - 12 Complexo do Alemão
 - 13 Complexo da Maré

Analisando esses dados, de acordo com as informações citadas anteriormente, podemos observar que pelo menos 82% dessa população não come o suficiente para seu sustento diário. Então como essa população sobrevive?

Em sua pesquisa sobre as redes sociais de solidariedade o CEPEL voltou-se para os grupos e instituições religiosas, responsáveis por grande parte das iniciativas de apoio social dedicadas à população necessitada. Das 30 instituições pesquisadas 22 oferecem apoio material, ou seja, cestas básicas, sopão e distribuição de roupas. Com a pesquisa, o Cepel

busca entender quais seriam as formas alternativas que cimentam a prática e estratégias de resistência e sobrevivência das populações desfavorecidas na região da Leopoldina.

Cristian Parker nos ensina que, em contraste com a falta de informação, o setor invisível, composto pela massa de pobres desempregados ou precariamente empregados na economia informal, em seu conjunto, tem considerável importância nos países da região. Esses setores desenvolvem estratégias de sobrevivência alternativas às que existem no mercado formal de trabalho. "A relevância de tais segmentos não se limita nem ao seu volume absoluto nem ao seu peso relativo, mas ao seu papel alternativo em relação às formas de sobrevivência de seus membros."

Nesse sentido o CEPEL, prossegue sua pesquisa - *Redes Sociais de Solidariedade na Leopoldina* - junto à população local e às instituições religiosas, para além de divulgar informação e subsídio técnico relevante, saber como a população lida com a crise atual existente no Brasil. O que se quer é uma compreensão maior do dia a dia da população pobre. Compreender como os grupos populares da Leopoldina, frente à crise, vem se defendendo e buscando sua sobrevivência. Não queremos uma discussão academicista que na verdade acabe abafando a questão do desemprego estrutural e, por conseguinte, a da fome.

De acordo Com o IBGE, em pesquisa de 1994, os grandes latifundiários detêm 75% das terras e produzem metade da colheita nacional. Os pequenos fazendeiros, utilizando apenas 25% das terras, produzem o mesmo. Cerca de 30% das crianças brasileiras menores de 5 anos são desnutridas e, a cada 1000 crianças, 60 morrem antes de completar 1 ano de vida. 32 milhões de brasileiros não tem condições mínimas de sobrevivência.

Perfil das cestas básicas distribuídas na região da Leopoldina

Cesta básica 1 (sem criança)

- 3kg de arroz
- 2kg de feijão
- 2kg de açúcar
- 1kg de fubá
- 1kg de farinha
- 1pc de macarrão
- 1 lata de óleo

Cesta básica 2 (com criança)

- Mesmo conteúdo da cesta anterior, mais 2 latas de leite em pó biscoito lata de salsicha lata de sardinha





INCÊNDIO DA VILA TURISMO: FATALIDADE OU DESCASO

Novas casas para as vítimas, por enquanto, são só promessas.

Wallace Hermann Júnior

Mais de 200 famílias - cerca de oitocentas pessoas, segundo matéria do Jornal do Brasil (de 31/12/99) perderam suas casas com o incêndio que se abateu sobre a Favela dos Sem-Teto, na Vila Turismo, em Manguinhos, no dia 28 de dezembro de 1999, seguido de um outro, no dia 31 do mesmo mês. Na ocasião, foram necessários cem bombeiros de vários batalhões para apagar o incêndio que reduziu a cinzas a comunidade dos Sem-Teto - ocupação de área pertencente à Light, localizada às margens do Rio Faria-Timbó, que existia há, aproximadamente, sete anos.

Segundo o líder comunitário João Alex Cardeal, o incêndio começou devido a uma queda de energia, que, ao voltar, causou um curto-circuito em um barraco. O grande número de barracos de madeira e papelão fez com as chamas se alastrassem rapidamente pela favela. João Alex culpa diretamente a prefeitura pelo ocorrido, denunciando uma promessa de campanha não cumprida pelo Prefeito Luiz Paulo Conde. Há dois anos os moradores aguardavam sua remoção do local, considerado de alto risco, por estar localizado sob linhas de alta tensão da Light. Embora a remoção esteja aprovada pela Câmara dos Vereadores desde 29 de dezembro de 1997 (Lei 2613), somente após a tragédia a Prefeitura acenou com terrenos em Santa Cruz, Campo Grande e Senador Camará e ofereceu material de construção, propondo, porém, que a comunidade entrasse com a mão-de-obra. As famílias não aceitaram a proposta, alegando que não teriam condições de tempo e conhecimento técnico para arcarem com a responsabilidade da construção das casas.

Houve, então, um encontro entre líderes comunitários e o prefeito, no dia 30 de dezembro, quando ficou resolvido que os desabrigados receberiam uma ajuda de R\$ 200,00, a título de auxílio-aluguel, através do Programa "Morar sem Risco", até que as novas casas estivessem prontas para serem ocupadas. Na ocasião, foi firmado também um convênio com a Cehab (Companhia Estadual de Habitação), representada pelo seu presidente, Eduardo Cunha, para que esta fornecesse a mão-de-obra para a construção das casas, enquanto o município entraria com os lotes e o material de construção.

As famílias estavam cientes disso e, segundo o Secretário Municipal de Habitação, Sérgio Magalhães, todos concordaram. O projeto previa que a prefeitura daria um novo terreno já com infraestrutura e a Secretaria doaria o "kit" do material de construção. O acordo foi selado no dia 31 de dezembro de 1999, entre o prefeito e lideranças da comunidade. Contudo, os problemas não foram resolvidos. Segundo nos contam João Alex Cardeal e Eliane Souza Moraes - empregada, doméstica, viúva, mãe de três filhos e uma das vítimas que

"Há dois anos os moradores aguardavam sua remoção do local, uma promessa de campanha do prefeito."

teve sua casa totalmente destruída no incêndio - o auxílio-aluguel de R\$ 200,00 não vem sendo pago com regularidade, deixando as famílias que dependem desta ajuda em permanente estado de apreensão. Todos os meses a comunidade tem que se mobilizar e brigar para receber o auxílio e, até o momento, a Prefeitura só liberou um único terreno em Santa Cruz, suficiente para a construção de apenas quinze casas, do total de 207 necessárias. Mesmo neste local, as obras ainda não tiveram início.

João Alex diz ter aprendido uma lição com este episódio: "Palavras o vento leva". Eliane Moraes acrescenta que deveriam marcar um dia certo para o pagamento do auxílio e "não ficarem enrolando a comunidade". O prazo que a Prefeitura deu para resolver, definitivamente, a questão - ou seja, remover a população e assentar os desabrigados em novo local - foi de três a quatro meses. Quem viver verá.

Se é verdade que toda experiência tem seu lado bom, a boa notícia, neste caso, é que as mulheres atingidas pelo incêndio e as que se mobilizaram para ajudar as vítimas, constituíram uma associação, que fará projetos para a geração de renda na comunidade e já estão produzindo sanduíches naturais, que são vendidos na Fundação Osvaldo Cruz e no Hospital Evandro Chagas. ■



ÓLEO NA BAI DA GUANABARA: ACIDENTE DA OU NA PETROBRAS?

No nosso editorial, falamos de falta de notícias sobre o que acontece no país e em nossa cidade. O derramamento de óleo na Baía de Guanabara é um bom exemplo. Nos jornais e na televisão havia explicações. Mas será que elas dão conta do que aconteceu, de fato?

Victor Vincent Valla

Formalmente, o que nós sabemos é que houve um acidente com o duto, isto é, a conexão que liga a refinaria Reduc à Ilha D'água, e assim foram despejados quase 1.300.000 (um milhão e trezentos mil) litros de óleo combustível na Baía da Guanabara.

Os grandes jornais e a televisão deram a impressão de que foi uma fatalidade que aconteceu. Mas outras fontes falam da falta de investimentos pelo Governo Federal (desde a época do governo Collor) e da redução do número de empregados na Petrobras (em 1992 havia 51.638 empregados, e hoje são 37.000), com salários defasados e mais de 100.000 trabalhadores terceirizados, sem garantias de trabalho.

O Coordenador da Comissão de Avaliação Laércio Horta, fala que houve uma falha no planejamento do duto, pois os engenheiros erraram na avaliação do terreno e da fragilidade do solo. Aloisio Biondi, jornalista econômico independente, questiona como poderia ter havido uma falha se a Petrobras já recebeu prêmios internacionais por sua alta competência técnica na exploração de petróleo no fundo do mar, graças a pesquisas que desenvolve desde os anos 60.

Como um técnico pode desconfiar que "algo está errado" às três horas da madrugada e só verificar o possível erro às 05:30? Há profissionais que desconfiam que esse verdadeiro desastre ecológico foi planejado, justamente para a opinião

"Como um técnico pode desconfiar que 'algo está errado' às três horas da madrugada e só verificar o possível erro às 05:30?"

(continua na página 8)



Privatização dos hospitais estaduais: a história de um fracasso

Ao apagar das luzes do seu mandato, em 1998, o governador Marcelo Alencar ainda desferiu uma pancada contra os serviços públicos, privatizando a rede de hospitais do estado do Rio ou, segundo ele, "terceirizando". A alegação foi a "baixa eficiência" da gestão pública, a mesma razão utilizada para a privatização de outros serviços públicos, que ele fez durante todo o seu governo, como a luz, o Banerj, os trens, as barcas e o metrô. Agora, o governo atual retornou os hospitais para a gestão pública do próprio estado, revelando o que significou a "privatização" da assistência médica pública, que é, pela Constituição Federal, um direito do cidadão e um dever do Estado. O Se Liga no SINAL entrevistou o deputado estadual Paulo Pinheiro (PT), da Comissão de Saúde, da Assembléia Legislativa, para saber o que aconteceu.

7

Victor Vincent Valla

A privatização dos hospitais do estado do Rio de Janeiro aconteceu pela transferência da gestão do próprio Estado para as mãos de cooperativas de profissionais de saúde, que podiam ser até funcionários públicos, com suspensão temporária do serviço público. Passaram por essa experiência os hospitais Getúlio Vargas, Rocha Faria, Pedro II, Carlos Chagas e Azevedo Lima (Niterói).

Um dos mecanismos fortes, utilizado para todas as privatizações, foi a eliminação da Lei 1.866, conhecida como a Lei das Licitações, que exigia que todas as compras deviam ser feitas por licitação, isto é, uma tomada de preços para a escolha de produtos (material de consumo, equipamentos e serviços) de qualidade, mas de menor preço.

Os diretores dos serviços públicos do governo de Marcelo Alencar achavam que essa lei dificultava agilidade das compras, tornando os serviços públicos poucos eficientes. Mas, os que defenderam a Lei das Licitações sempre acharam que somente ela é capaz de garantir transparência nas compras públicas, evitando que fossem superfaturadas, isto é, pagando mais pelo produto do que o seu preço no mercado. Infelizmente, a "privatização" dos hospitais demonstrou que este argumento estava correto.

Foi justamente no momento deste debate que, nos últimos meses de 1998, com o apoio da Secretaria Estadual de Saúde do governo Marcelo Alencar, que foi aprovada na Assembléia Legislativa a abertura para que a administração dos hospitais públicos pudesse ser terceirizada. Ou seja, empresas privadas poderiam dirigir hospitais públicos que, até então, pelo Sistema Único de Saúde, faziam suas compras segundo o que determinava a Lei das Licitações.

Essa foi a primeira vez na história da

administração pública que uma empresa privada iria administrar a gestão dos hospitais do Estado. Embora serviços auxiliares, tais como a limpeza e as ambulâncias sejam terceirizados, nunca

"Como em todas as privatizações, a lógica que norteou a "terceirização" dos hospitais estaduais foi a do lucro antes da qualidade do serviço prestado ao público."

tinha sido proposta a terceirização da própria administração. Mesmo em outras experiências de "terceirização", como no Hospital Municipal Lourenço Jorge, na Barra da Tijuca, por exemplo, em que os funcionários estão organizados em cooperativas, a gestão (administração) continua nas mãos do serviço público.

Além de contornar a Lei de Licitações, em relação aos recursos humanos o modelo privatista de Marcelo Alencar permitiu que o servidor público se associasse à cooperativa, depois de se licenciar do serviço público por cinco anos, com remuneração até superior ao seu salário de servidor, com garantia dos seus direitos trabalhistas até então. Desta forma, o funcionário do serviço público, que tinha sido formado no serviço estadual, podia passar a dirigir e trabalhar num formato "terceirizado" no mesmo lugar que sempre atuou.

As empresas ou cooperativas que administravam os hospitais tinham que comprar o material e pagar os serviços com verbas repassadas pela Secretaria Estadual de Saúde. Contudo, a nova lei também previa que a fiscalização dos gastos não deveria mais ser feita pelo Tribunal de Contas do Estado, mas por um Conselho Curador, composto por dois membros das empresas privadas, dois da Secretaria de Estado da Saúde e dois dos Conselhos Distritais. O modelo não vingou porque Conselho Municipal de Saúde não aprovou sua participação e nem a dos Conselhos Distritais, recusando-se, assim, a participar de uma proposta dessa natureza.

Como em todas as privatizações, a

lógica que norteou a "terceirização" dos hospitais estaduais foi a do lucro antes da qualidade do serviço prestado ao público. Um exemplo dessa política foi a devolução de idosos com doenças crônicas às suas famílias, dos quais um morreu logo depois de chegar em casa.

Outros artificios usados para tornar mais atraente a "terceirização" (privatização), aplicado pelo governo estadual ainda antes da implantação do modelo, foram a reforma dos prédios e reequipamento dos hospitais com dinheiro público antes de entregá-los às empresas privadas, e a centralização dos exames num laboratório da Zona Sul, antes feitos em cada hospital, com os resultados sendo encaminhados para cada hospital por fax. Está claro que, antes de privatizar, procurou-se valorizar as unidades e diminuir os custos de serviços próprios.

Mas, todo esse processo de privatização dos hospitais recebeu a reação da sociedade civil. De setembro de 1998 a março de 99, ainda antes das eleições que mudaram os governos estaduais, aconteceram muitas assembleias de médicos e de outros profissionais de saúde. Depois da eleição, o novo governo retomou a gestão dos hospitais estaduais.

"A privatização dos hospitais recebeu a reação da sociedade civil ainda antes das eleições de 98."

hoje há uma lei estadual que impede que voltem propostas indecentes como a do Governo Marcelo Alencar, aprovada pelos mesmos deputados que aprovaram a lei de terceirização da gestão dos hospitais públicos.

E provável ainda que o fracasso do modelo de privatização da saúde tentado no Rio de Janeiro tenha desestimulado a aplicação da mesma proposta em âmbitos municipal e federal. ■



FIQUE POR DENTRO

(continuação da página 6)

Óleo na Baía de Guanabara: acidente da ou na Petrobrás?

8

pública ficar com a idéia de que a Petrobrás é uma empresa ineficiente, como foi a Light, a Telerj, e outras empresas públicas que funcionaram melhor antes de serem privatizadas.

Em todas partes da Baía de Guanabara é possível ver caranguejos e peixes agonizando próximos às manchas de óleo. Foram atingidas 23 praias da Ilha do Governador, Paqueta, Mauá e São Gonçalo, e os mangues de Mauá, Gradim e Porto da Pedra. Alguns técnicos acham que foi grandemente prejudicado o projeto da despoluição da baía.

De qualquer forma, falta um debate na televisão sobre porque aconteceu esse grave acidente ecológico e quem é o responsável. Não basta o Governo dar uma explicação sem responder àqueles que acham que a explicação do Governo não convence.

Como diz Claudia Barbosa Duarte, diretora do Sindicato dos Petroleiros, se a Petrobrás possui muitos técnicos competentes, como é o caso de outras estatais, isso não significa que os diretores também sejam competentes. Não é sempre o caso, já que muitos são nomeados pelo presidente da República, como é o caso da Petrobrás.

(Fontes: "Nação Brasil", Ano 3, Jan./Fev., 2000, No. 117; "Bundas", fevereiro de 2000)

CRIADO CONSELHO COMUNITÁRIO PARA LUTAR PELA SAÚDE

O Complexo do Alemão, localizado na Leopoldina, com uma população de quase 30 mil habitantes, conseguiu reunir as entidades locais e criou seu Conselho Comunitário de Saúde - CCSAL. Este Conselho encaminhará as questões relacionadas com a saúde em sua área de abrangência. Três dessas questões foram consideradas como prioridade número um: a implantação de uma unidade mista de referência, a implantação do Programa Saúde da Família (PSF) e a implantação do Programa do Agente Comunitário de Saúde (PACS), visando não só a promoção como também a prevenção da saúde da população.

QUALIDADE DA ÁGUA: IMPRÓPRIA

"Mais de 1 milhão de pessoas no Rio e em outros municípios consomem água imprópria". A pesquisa foi feita pela Secretaria de Saneamento do estado e contemplou casas, shoppings e 573 estabelecimentos no Grande Rio, Nilópolis, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Belford Roxo e Itaguaí.

"Os fatores que provocam a má

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DA LEOPOLDINA



Av. Brasil, 4036 - sala 907 -
Manguinhos - Cep: 21040-360
Tel: 590 1998
E. Mail: cepel@uol.com.br
Rio de Janeiro

qualidade da água, segundo o secretário, são as chuvas fortes e a falta constante de água pois, quando os canos não recebem água, são depositados detritos. Para evitar o problema, a Secretaria de Saneamento aconselha que a população *limpe cisternas e caixas de água pelo menos a cada 90 dias*. (Fonte: "O Dia", 26/10/1999 e 3/1/2000)

CEPEL LANÇA LIVRO SOBRE A LEOPOLDINA

Conhecendo a Região da Leopoldina: algumas iniciativas sociais é o mais recente livro lançado pelo CEPEL, dando prosseguimento à série de publicações de pesquisas realizadas pela entidade na Leopoldina, que integram a Série Cadernos de Assessoria Popular. O livro foi lançado em novembro de 99, na Feira de ONGs, que aconteceu no Museu da República, e reúne os resultados da pesquisa "Redes Sociais de Solidariedade na Leopoldina", sobre uma série de iniciativas sociais desenvolvidas por diversos grupos e entidades comunitárias da região.

Os interessados podem adquirir o livro na sede do CEPEL (veja o endereço no pé desta página). A publicação também pode ser consultada no CED-VIDA (Centro de Documentação sobre as Condições de Vida na Leopoldina), que funciona na própria sede da entidade, reunindo um acervo de documentos sobre a região, que está aberto ao público.

No dia 1º de maio, O CEPEL deverá fazer um segundo lançamento, desta vez na Leopoldina junto aom as atividades da Ong **Bicuda Ecológica** (837- 5152)

ORAÇÕES AJUDAM PACIENTES CARDÍACOS

Doentes cardíacos que recebem preces de outras pessoas sofrem 10% menos complicações". A pesquisa foi feita num hospital (St. Luke's Hospital) da cidade de Kansas, Estados Unidos.

A notícia torna-se ainda mais intrigante quando se sabe que os indivíduos beneficiados não sabiam que havia alguém rezando por eles. O estudo investigou 990 pacientes, divididos em dois grupos: pacientes que foram objeto de preces sigilosas de um conjunto de voluntários e pacientes que não forma objeto de preces.

Ao final de um mês, verificou-se que as complicações eram 10% menores no primeiro grupo. Pesquisas anteriores haviam mostrado que os doentes que rezam apresentam melhor evolução clínica - fato interpretado pelos céticos como simples efeito de auto-sugestão. Essa explicação apressada já não dá conta do fenômeno observado agora". (Fonte: Revista "Galileu", janeiro 2000/Ano 9/No 102)

IMPRESSO

SE
LIGA
NO
Sinal

Se você gostou do SINAL, faça uma assinatura. Você estará contribuindo para a continuidade deste trabalho.
Assinatura anual: R\$ 10,00.

NOME: _____

PROFISSÃO: _____

ENDEREÇO: _____

TEL: _____

BAIRRO: _____

CIDADE: _____ CEP: _____